

# **Emergência fabricada**

## **Ação contra ex-governadora do RN que não investiu mais de R\$ 14 milhões do Depen no Sistema Prisional do Estado é vencedora do Prêmio República.**

O Sistema Penitenciário brasileiro é um dos temas mais negligenciados pelos governos de todo o Brasil. Mas uma iniciativa da procuradora da República Cibele Benevides Guedes da Fonseca está promovendo mudanças significativas nesta área no Rio Grande do Norte. Ela ingressou com ação civil pública por ato de improbidade administrativa visando a responsabilização da ex-governadora do estado Rosalba Ciarlini Rosado (2001-2014), que não investiu os devidos recursos na melhoria do sistema prisional potiguar.

A iniciativa de Cibele Benevides foi vencedora no IV Prêmio República de Valorização do Ministério Público Federal. O trabalho se destacou e levou o troféu na categoria Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional, após minuciosa análise da Comissão Julgadora formada por autoridades do Judiciário, do Legislativo e da sociedade civil. Cibele recebeu o troféu em nome de todos os membros que participaram da ação com ela, são eles: Victor Manoel Mariz, Kleber Martins de Araújo, Clarisier Azevedo Cavalcante de Moraes, Ilia Freire Fernandes Borges, Fernando Rocha de Andrade e Emanuel Dhayan Bezerra de Almeida.

O procedimento foi feito em razão da devolução de recursos públicos federais ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) destinados à construção de novas unidades prisionais no Rio Grande do Norte. A verba, mais de R\$ 14 milhões, também seria utilizada em obras de reforma e ampliação de unidade já existente. “Recebi um ofício do Conselho Nacional de Justiça para apurar o motivo de o sistema prisional do Rio Grande do Norte ser tão ruim, se recebia tanto dinheiro federal do Depen”, explicou a procuradora da República. Na avaliação dos membros do Ministério Público Federal que promoveram a ação, houve “negligência absurda” com verdadeira nulidade por parte dos ex-gestores.

Quando a ex-governadora Rosalba assumiu o cargo, ela recebeu quatro contratos do Estado com o Depen. Um para ampliar a unidade psiquiátrica de custódia e outros três para construir novas unidades prisionais nos municípios. “Ela deixou os contratos morrerem”, afirmou Cibele Benevides.

“

Nós que trabalhamos em locais pequenos e distantes, como no interior do Rio Grande do Norte, temos a sensação de que nosso trabalho não é sequer conhecido. É muita honra ser reconhecido e premiado.

---

Procuradora da República  
**Cibele Benevides**

”

**Inovação** – A ação inovadora e exemplar passou a ser replicada nos estados pela 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. “O que a ação tem de inovador é abrir precedente para transformar a negligência da administração dos recursos do sistema prisional em improbidade administrativa”, considerou a procuradora da República.

Segundo ela, logo que a então governadora deixou o cargo, o sistema prisional do Rio Grande do Norte entrou em colapso. Além de rebeliões, presos fugiram e promoveram o caos no estado, incendiaram ônibus, queimaram colchões em várias unidades simultaneamente, destruíram viaturas da Polícia Militar. “Ninguém podia sair porque os presos estavam revoltados com a superlotação”, lembra.

Para Cibele, é urgente que o sistema prisional funcione de forma eficiente, pois a superlotação e as condições precárias não contribuem para a ressocialização dos presos e devolvem criminosos ainda piores para as ruas. “A pessoa rouba um chocolate, vai para o presídio e é obrigado a escolher entre uma das duas facções criminosas aqui existentes. Quando sai, tem que continuar cometendo crimes para pagar a dívida com a facção”, lamenta.

Apesar dos resultados positivos, como a responsabilização da ex-governadora e a previsão de uma das novas unidades prisionais ser finalmente inaugurada até dezembro de 2016, a procuradora da República lamenta que Rosalba ainda não tenha sido intimada. A ação foi distribuída para a Quinta Vara Federal há um ano, mas a Justiça não consegue encontrar a ex-governadora. “Ela é médica, pediatra em Mossoró, mas de alguma forma misteriosa, ninguém consegue encontrá-la. A Justiça tenta, mas ela nunca está nos endereços oficiais”, disse.



Situação caótica do sistema prisional do estado do Rio Grande do Norte que culminou nas rebeliões em março de 2015.

**Premiação** – A cerimônia da premiação promovida pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) ocorreu no dia 10, em Brasília. Este ano, foram registradas 81 inscrições nas 11 categorias, sendo nove destinadas a iniciativas de membros do Ministério Público Federal, uma para jornalistas e outra para projetos de responsabilidade social.

Entre os finalistas nas categorias do MPF estavam trabalhos de sucesso dos procuradores da República como a Operação Lava Jato; o caso do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, condenado no julgamento do Mensalão; ações no âmbito eleitoral como o Projeto Coronéis da Mídia; o Plano de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescente; o combate à intolerância religiosa contra comunidades tradicionais de terreiro em Manaus; entre outros.

No dia 18 de abril, a Comissão Julgadora elegeu as iniciativas finalistas. Compõem o colegiado o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti; o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin; o conselheiro Antonio Duarte do CNMP; o diretor-geral da Fundação Pedro Jorge, Alexandre Camanho; o diretor de Assuntos Legislativos da ANPR, Ângelo Villela Goulart; a diretora Cultural da ANPR, Zani Cajueiro; o deputado Federal Alessandro Molon (Rede-RJ); a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Cavalcanti; a consultora de Acesso à Justiça da ONU Mulheres, Vânia Pasinato; e a gerente executiva da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Marina Iemini Atoji.

<http://www.anpr.org.br/premiorepublica/emergencia-fabricada/>